

***Empresa Concessionária de  
Rodovias do Sul S.A. -  
ECOSUL***

*Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2010 e  
Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

***Empresa Concessionária de  
Rodovias do Sul S.A. -  
ECOSUL***

*Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2010 e  
Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL  
Pelotas - RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul - ECOSUL (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Outros assuntos**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é opcional de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de março de 2011



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ismar de Moura  
Contador  
CRC nº 1 SP 179631/O-2 S/RS

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E EM 1º DE JANEIRO DE 2009  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
<b>CIRCULANTE</b>					<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	5	29.833	4.673	3.865	Fornecedores		1.577	3.624	2.388
Clientes	6	4.292	3.242	2.278	Empréstimos	12	-	-	20.348
Despesas antecipadas	7	286	380	293	Impostos, taxas e contribuições		996	940	721
Impostos a recuperar		33	-	-	Obrigações sociais		1.551	1.532	1.331
Outros créditos		294	677	562	Empresas relacionadas	13	346	1.665	228
Total do ativo circulante		<u>34.738</u>	<u>8.972</u>	<u>6.998</u>	Provisão para manutenção	14	420	1.577	1.618
					Provisão para imposto de renda e contribuição social	11.a)	3.526	2.576	2.467
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					Dividendos a pagar	16.d)	10.108	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.a)	6.347	5.775	1.720	Programa de Parcelamento Especial - PAES		95	89	272
Depósitos judiciais	8	101	83	57	Outras contas a pagar		988	623	647
Empresas relacionadas	13	-	-	25	Total do passivo circulante		<u>19.607</u>	<u>12.626</u>	<u>30.020</u>
Imobilizado	9	6.720	7.618	8.886					
Intangível	10	<u>72.059</u>	<u>57.338</u>	<u>36.615</u>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Total do ativo não circulante		<u>85.227</u>	<u>70.814</u>	<u>47.303</u>	Empréstimos	12	35.110	31.342	-
					Programa de Parcelamento Especial - PAES		86	154	617
					Empresas relacionadas		-	-	2
					Provisão para manutenção	14	1.189	260	799
					Provisão para perdas trabalhistas e cíveis	15	2.759	2.906	2.297
					Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.a)	4.686	1.619	121
					Total do passivo não circulante		<u>43.830</u>	<u>36.281</u>	<u>3.836</u>
					<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
					Capital social	16.a)	17.755	17.755	17.755
					Reserva de capital - ágio na incorporação	16.e)	4.900	4.900	-
					Reserva de lucros - dividendos	16.d)	30.322	1.681	1.190
					Reserva de lucros - legal	16.c)	3.551	3.551	3.095
					Lucros (prejuízos) acumulados		-	2.992	(1.595)
					Total do patrimônio líquido		<u>56.528</u>	<u>30.879</u>	<u>20.445</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>119.965</u>	<u>79.786</u>	<u>54.301</u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>119.965</u>	<u>79.786</u>	<u>54.301</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA CONCESSONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido básico por ação)

	Nota explicativa	31/12/2010	31/12/2009
RECEITA LÍQUIDA	17	120.958	110.298
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(50.938)	(48.509)
LUCRO BRUTO		<u>70.020</u>	<u>61.789</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	18	(5.462)	(4.908)
Despesas operacionais, gerais e administrativas	18	(5.580)	(8.679)
Outras despesas, líquidas		<u>(293)</u>	<u>(8)</u>
		<u>(11.335)</u>	<u>(13.595)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>58.685</u>	<u>48.194</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	19	1.360	499
Despesas financeiras	19	<u>(5.133)</u>	<u>(5.089)</u>
		<u>(3.773)</u>	<u>(4.590)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>54.912</u>	<u>43.604</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	11.a)	(15.267)	(12.646)
Diferidos	11.a)	<u>(2.207)</u>	<u>(2.204)</u>
		<u>(17.474)</u>	<u>(14.850)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>37.438</u>	<u>28.754</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO	20	<u>2,10</u>	<u>1,62</u>

Resultados abrangentes:

A Companhia não possui transações que requeiram a apresentação da demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009  
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos)	Total
			Ágio	Legal	Dividendos	acumulados	
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2009		17.755	-	3.095	1.190	(1.595)	20.445
Dividendos pagos exercício de 2008 (R\$0,07 por ação)		-	-	-	(1.190)	-	(1.190)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	28.754	28.754
Destinação do lucro:							
Reserva legal	16.c)	-	-	456	-	(456)	-
Dividendos intermediários (R\$1,24 por ação)	16.d)	-	-	-	-	(22.030)	(22.030)
Dividendos adicionais (R\$0,09 por ação)	16.d)	-	-	-	1.681	(1.681)	-
Incorporação de controladora		-	4.900	-	-	-	4.900
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		<u>17.755</u>	<u>4.900</u>	<u>3.551</u>	<u>1.681</u>	<u>2.992</u>	<u>30.879</u>
Dividendos pagos (R\$0,09 por ação)	16.d)	-	-	-	(1.681)	-	(1.681)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	37.438	37.438
Destinação do lucro:							
Dividendos obrigatórios (R\$0,57 por ação)	16.d)	-	-	-	-	(10.108)	(10.108)
Constituição para reserva de dividendos	16.d)	-	-	-	30.322	(30.322)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		<u>17.755</u>	<u>4.900</u>	<u>3.551</u>	<u>30.322</u>	<u>-</u>	<u>56.528</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009  
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	54.912	43.604
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	4.988	4.492
Baixa de ativo imobilizado	289	1
Encargos financeiros e variação monetária sobre financiamentos e empréstimos	3.948	3.254
Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e atualização monetária	640	626
Constituição de provisão para manutenção	(228)	(580)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(1.050)	(964)
Impostos a recuperar	(33)	-
Despesas antecipadas	94	(87)
Depósitos judiciais	(18)	(26)
Outros créditos	383	(115)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(2.047)	1.236
Obrigações sociais	19	201
Impostos, taxas e contribuições	56	219
Empresas relacionadas	(1.319)	1.460
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(787)	(17)
Programa de Parcelamento Especial - PAES	(148)	(646)
Outras contas a pagar	365	(23)
Juros pagos	-	(3.203)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(14.124)	(12.456)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>45.940</u>	<u>36.976</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de imobilizado	(784)	(685)
Aquisição de intangível	(18.315)	(23.263)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(19.099)</u>	<u>(23.948)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Captação de financiamentos - terceiros	-	31.000
Pagamento de financiamentos	-	(20.000)
Pagamento de dividendos	(1.681)	(23.220)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(1.681)</u>	<u>(12.220)</u>
<b>AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>25.160</u>	<u>808</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.673	3.865
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	29.833	4.673
<b>AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>25.160</u>	<u>808</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



EMPRESA CONCESSONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009  
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
RECEITAS		
Com arrecadação de pedágio	112.442	95.545
Com construção	17.958	22.811
Outras receitas	324	238
	<u>130.724</u>	<u>118.594</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos ICMS, IPI, PIS e Cofins)		
Custo dos serviços prestados	(40.760)	(44.650)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.587)	(6.287)
Outros	(286)	(137)
	<u>(46.633)</u>	<u>(51.074)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>84.091</u>	<u>67.520</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(4.988)	(4.492)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>79.103</u>	<u>63.028</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	1.360	499
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>80.463</u>	<u>63.527</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>80.463</u>	<u>63.527</u>
Pessoal	<u>10.864</u>	<u>9.469</u>
Remuneração direta	8.993	7.593
Benefícios	1.443	1.431
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	428	445
Impostos, taxas e contribuições	<u>27.240</u>	<u>20.843</u>
Federais	21.608	16.051
Municipais	5.632	4.792
Remuneração de capitais de terceiros	<u>4.921</u>	<u>4.461</u>
Juros	3.948	3.515
Outros	973	946
Remuneração de capitais próprios	<u>37.438</u>	<u>28.754</u>
Dividendos	-	22.030
Lucro do exercício retido	37.438	6.724

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL (“Ecosul” ou “Companhia”) foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração de rodovias, pelo regime de concessão.

#### Incorporação de controlada

Em 31 de agosto de 2009, mediante aprovação pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, os acionistas aprovaram a incorporação da Ecosul Participações Ltda. pela Ecosul.

Os valores incorporados referem-se ao ágio anteriormente gerado quando da aquisição das ações da Ecosul pela Ecosul Participações Ltda., líquido da provisão para manutenção do patrimônio líquido, nos termos da Instrução CVM nº 319/99, ou seja, quando da incorporação, os valores são relativos ao imposto de renda e à contribuição social diferidos (vide nota explicativa nº 11).

#### 2. APRESENTAÇÃO RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

##### 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Essas demonstrações financeiras são as primeiras elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”). Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40. Os efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota explicativa nº 4.

### 2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais - R\$, a moeda funcional da Companhia.

### 2.4. Instrumentos financeiros ativos

Podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, a Companhia possuía instrumentos financeiros ativos classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### a) Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa, a Companhia considera e avalia os instrumentos, cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

#### b) Aplicações financeiras

- Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

- Aplicações financeiras mantidas para negociação

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, de acordo com os prazos e as condições contratuais.

c) Deterioração de instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (“impairment”). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.5. Imobilizado

Os terrenos não são depreciados. As edificações, os móveis e utensílios e os equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.6. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando este tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

## 2.7. Provisão para recuperação de ativos de vida longa com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e os intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda; e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

## 2.8. Passivos financeiros

### a) Instrumentos financeiros passivos não derivativos

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores e empréstimos e financiamentos. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado, usando-se o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## 2.9. Empréstimos

Reconhecidos inicialmente quando do recebimento dos recursos. Posteriormente, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais ao exercício incorrido ("pro rata temporis"), líquidos dos pagamentos efetuados (vide nota explicativa nº 12).

## 2.10. Tributação

### a) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada individualmente por cada empresa da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Devido à aplicação do Regime Tributário de Transição - RTT não existem efeitos registrados nos impostos correntes.

### b) Impostos diferidos

O imposto de renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando estes estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal, e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Os tributos PIS e Cofins são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado, e o ISS é apresentado como dedução dos custos e serviços.

## 2.11. Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

### a) Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 15.

### b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída, tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, conforme base histórica de perda.

## 2.12. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

## 2.13. Reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como receitas antecipadas no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

- A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

#### 2.14. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais e empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19.

#### 2.15. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendo adicional proposto”, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 16.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

#### 2.16. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre o pessoal, os impostos, as taxas e contribuições, a remuneração de capitais de terceiros e a remuneração de capitais próprios.



## 2.17. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas, descritas a seguir e que ainda não estão em vigor. As principais modificações e expectativas da Administração estão descritas a seguir:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010. Introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos, que estão inseridos no escopo da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38), sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido, são geralmente mensurados ao custo amortizado no fim dos exercícios subsequentes. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos exercícios subsequentes.

O efeito mais significativo da IFRS 9, relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros, refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo por meio do resultado), atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. As variações no valor justo atribuível ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e o CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo por meio do resultado era reconhecido no resultado.

A IFRS 9 é aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A Administração não espera que a IFRS 9 tenha um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- Modificações à IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (equivalente ao CPC 40): aumentam as exigências de divulgação de transações envolvendo transferências de ativos financeiros. Essas modificações têm por objetivo oferecer maior transparência com relação às exposições ao risco quando um ativo financeiro é transferido; porém, o transferidor retém certo nível de exposição contínua no ativo. As modificações requerem ainda divulgações nos casos que as transferências de ativos financeiros não são proporcionalmente distribuídas durante o período.

A Administração não espera que essas modificações à IFRS 7 tenham um efeito relevante sobre as divulgações da Companhia.

- Modificações à IAS 32 - Classificação de Direitos (equivalente ao CPC 39): abordam a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira, como instrumento patrimonial ou passivo financeiro. Até a presente data, a Companhia não celebrou nenhum acordo que se enquadraria no escopo das modificações.

- Modificação à IAS 12 sobre impostos diferidos (recuperação dos ativos subjacentes): Em 20 de dezembro de 2010, o “International Accounting Standard Board - IASB” emitiu a modificação à IAS 12 - “Income Taxes” denominada “Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets”. A IAS 12 requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo, dependendo se a entidade espera recuperar o valor contábil do ativo por meio do uso ou da venda. Quando um ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40 - “Investment Property”, pode ser difícil e subjetivo avaliar se a recuperação do ativo será por meio do uso ou da venda.

A modificação apresenta uma solução prática para o problema, introduzindo a presunção de que a recuperação do valor contábil será, normalmente, por meio de venda. Como resultado das modificações, a SIC 21 - “Income Taxes - Recovery of Revalued Nondepreciable Assets” não será mais aplicável às propriedades para investimento mantidas ao valor justo. As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012, e a adoção antecipada é permitida.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs, novas e revisadas, apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Administração da Companhia entende que a aplicação de certos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

### 3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e os CPC determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

#### Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro, e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão. Os tratamentos contábeis para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa nº 25.

#### Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo intangível com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerão quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

#### Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor e Índice de Preços ao Consumidor - IPCs), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços, índice ABCR), "commodities" (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo soja e fertilizantes no porte de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês e dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas e novas praças de pedágio). A Companhia utiliza mais de 50 modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão, nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente de realização de obras futuras.

### Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos que haja a terceirização dos serviços, aos custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e à empresa do Grupo EcoRodovias Infraestrutura que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

### Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

### Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente, levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto de 11,56% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está na média ponderada das captações do exercício.

### Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo ("impairment" ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada no resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de

caixa à qual o ativo pertence. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nessas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. A Companhia não identificou situações que requeressem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

#### 4. EFEITOS DA ADOÇÃO DAS IFRSs E DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC

Na preparação das suas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2 em todos os exercícios apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40.

As conciliações para as práticas contábeis anteriores estão demonstradas como segue:

##### Balancos patrimoniais

Contas	Item	Em 01/01/2009 (data de transição)			Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
		BR GAAP anterior	Efeito da transição para o CPC	BR GAAP reapresentado	BR GAAP anterior	Efeito da transição para o CPC	BR GAAP reapresentado
<b>ATIVOS</b>							
Ativos circulantes							
Caixa e equivalentes de caixa							
		3.865	-	3.865	4.673	-	4.673
		2.278	-	2.278	3.242	-	3.242
		293	-	293	380	-	380
		562	-	562	677	-	677
		<u>6.998</u>	<u>-</u>	<u>6.998</u>	<u>8.972</u>	<u>-</u>	<u>8.972</u>
Ativos não circulantes							
Imposto de renda e contribuição social diferidos							
	c)	898	822	1.720	5.775	-	5.775
	b)	-	57	57	5	78	83
		25	-	25	-	-	-
	a)	45.283	(36.397)	8.886	58.306	(50.688)	7.618
	a)	<u>218</u>	<u>36.397</u>	<u>36.615</u>	<u>280</u>	<u>57.058</u>	<u>57.338</u>
		46.424	879	47.303	64.366	6.448	70.814
		<u>53.422</u>	<u>879</u>	<u>54.301</u>	<u>73.338</u>	<u>6.448</u>	<u>79.786</u>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>							

Contas	Item	Em 01/01/2009 (data de transição)			Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
		BR GAAP anterior	Efeito da transição para o CPC	BR GAAP reapresentado	BR GAAP anterior	Efeito da transição para o CPC	BR GAAP reapresentado
<b>PASSIVOS</b>							
Passivos circulantes							
Fornecedores		2.388	-	2.388	3.624	-	3.624
Empréstimos		20.348	-	20.348	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições		721	-	721	940	-	940
Obrigações sociais		1.331	-	1.331	1.532	-	1.532
Empresas relacionadas		228	-	228	1.665	-	1.665
Provisão para imposto de renda e contribuição social		2.467	-	2.467	2.576	-	2.576
Provisão para manutenção Programa de Parcelamento Especial - PAES	a)	-	1.618	1.618	-	1.577	1.577
Dividendos a pagar	c)	1.190	(1.190)	-	1.681	(1.681)	-
Outras contas a pagar		647	-	647	623	-	623
Total dos passivos circulantes		<u>29.592</u>	<u>428</u>	<u>30.020</u>	<u>12.730</u>	<u>(104)</u>	<u>12.626</u>
Passivos não circulantes							
Empréstimos			-		31.342	-	31.342
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis		2.240	57	2.297	2.828	78	2.906
Provisão para manutenção PAES		-	799	799	-	260	260
Empresas relacionadas		617	-	617	154	-	154
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2	-	2			
Total dos passivos não circulantes		<u>121</u>	<u>-</u>	<u>121</u>	<u>78</u>	<u>1.541</u>	<u>1.619</u>
		<u>2.980</u>	<u>856</u>	<u>3.836</u>	<u>34.402</u>	<u>1.879</u>	<u>36.281</u>
Patrimônio líquido							
Capital social		17.755	-	17.755	17.755	-	17.755
Reserva de capital - ágio na incorporação		-	-	-	4.900	-	4.900
Dividendos propostos		-	1.190	1.190	-	1.681	1.681
Lucros (prejuízos) acumulados		-	(1.595)	(1.595)	-	2.992	2.992
Reservas de lucros - legal		3.095	-	3.095	3.551	-	3.551
Total do patrimônio líquido		<u>20.850</u>	<u>(405)</u>	<u>20.445</u>	<u>26.206</u>	<u>4.673</u>	<u>30.879</u>
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVOS</b>		<u>53.422</u>	<u>879</u>	<u>54.301</u>	<u>73.338</u>	<u>6.448</u>	<u>79.786</u>

Patrimônio líquido

Item	Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)	
	Em 01/01/2009 (data de transição)	
Total do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	20.850	26.206
Ajustes: contabilização dos contratos de concessão a)	(405)	4.673
Total dos ajustes no patrimônio líquido	<u>(405)</u>	<u>4.673</u>
Total do patrimônio líquido de acordo com a BR GAAP rerepresentada	<u>20.445</u>	<u>30.879</u>

Demonstração do resultado

Contas	Item	Exercício findo em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
		BR GAAP anterior	Efeito da transição para CPC	BR GAAP rerepresentado
Lucro bruto	a)	54.560	7.229	61.789
Despesas gerais e administrativas		(13.587)	-	(13.587)
Outras receitas, líquidas		(8)	-	(8)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	a)	<u>40.965</u>	<u>7.229</u>	<u>48.194</u>
Resultado financeiro	a)	(4.311)	(279)	(4.590)
Lucro antes de impostos	a)	<u>36.654</u>	<u>6.950</u>	<u>43.604</u>
Imposto de renda e contribuição social	b)	(12.487)	(2.363)	(14.850)
Lucro do exercício	a)	<u>24.167</u>	<u>4.587</u>	<u>28.754</u>

Item	Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)	
	Resultado antes dos impostos	Resultado do exercício
De acordo com as práticas contábeis anteriores	36.654	24.167
Ajustes: contabilização dos contratos de concessão c)	<u>6.950</u>	<u>4.587</u>
Total dos ajustes ao resultado	<u>6.950</u>	<u>4.587</u>
De acordo com a BR GAAP rerepresentada	<u>43.604</u>	<u>28.754</u>

Fluxo de caixa

	Item	Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
		BR GAAP anterior	Efeito da transição para CPC	BR GAAP reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais	a)	38.871	(1.896)	36.975
Fluxo de caixa das atividades de investimento	a)	(25.843)	1.896	(23.947)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	a)	(12.220)	-	(12.220)

Notas às reconciliações

A data de transição definida para fins de preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os pronunciamentos contábeis foi 1º de janeiro de 2009. A Companhia preparou a reconciliação do patrimônio líquido e do resultado refletindo todos os ajustes requeridos pelas normas, sendo as principais, refletidas nos quadros anteriores, as seguintes:

a) ICPC 01 - Contratos de Concessão

Refere-se aos ajustes da ICPC 01, equivalentes à interpretação técnica IFRIC 12 - Contratos de Concessão, em que foram considerados o estorno da amortização local e a amortização pela curva de tráfego, o registro da provisão para manutenção das obras, a reclassificação dos itens de concessão para o ativo intangível, o registro da receita de construção e os respectivos custos atrelados, bem como os impactos dos impostos sobre tais ajustes.

b) Depósitos judiciais

De acordo com os CPC, os depósitos judiciais são apresentados como um ativo, por não atenderem aos requerimentos para compensação entre os ativos e os passivos.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Referem-se ao registro dos impostos diferidos sobre os ajustes aplicáveis.

d) Dividendos propostos adicionais

De acordo com os CPC, os dividendos propostos, que excederem ao mínimo obrigatório de 25%, foram reclassificados para o patrimônio líquido.



## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Caixa e bancos-			
Em moeda nacional	1.007	2.054	2.483
Aplicações financeiras-			
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (*)	28.826	2.619	1.382
	<u>29.833</u>	<u>4.673</u>	<u>3.865</u>

(\*) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDBs, remunerados a taxas que variam entre 99,5% e 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam de um a três meses em média e possuem liquidez imediata.

## 5. CLIENTES

Representados substancialmente por valores a vencer de pedágio eletrônico, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Cupons e cartões de pedágio a receber	4.255	3.212	2.114
Outras contas - receitas acessórias	<u>37</u>	<u>30</u>	<u>164</u>
	<u>4.292</u>	<u>3.242</u>	<u>2.278</u>

Em 31 de dezembro de 2010 de 2009, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

Não há itens vencidos na composição de contas a receber.

## 7. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de R\$286 (R\$380 em 31 de dezembro de 2009 e R\$293 em 1º de janeiro de 2009) é composto substancialmente por prêmios de seguros (vide nota explicativa nº 24).

## 3. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Saldo no início do exercício	83	57	19
Adições	40	66	76
Baixas	(29)	(45)	(38)
Atualização monetária	<u>7</u>	<u>5</u>	<u>-</u>
Saldo no final do exercício	<u>101</u>	<u>83</u>	<u>57</u>

## 9. IMOBILIZADO

<u>Imobilizado</u>	<u>Hardware e equipamentos de pedágio</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Terrenos e edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2009	6.722	1.481	420	9	254	8.886
Adições	518	43	60	-	64	685
Baixas	(1)	-	-	-	-	(1)
Transferências	165	90	-	-	-	255
Depreciação	(1.840)	(244)	(56)	-	(67)	(2.207)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>5.564</u>	<u>1.370</u>	<u>424</u>	<u>9</u>	<u>251</u>	<u>7.618</u>
Adições	515	39	75	-	155	784
Baixas	-	(10)	(6)	-	(33)	(49)
Transferências	-	478	-	-	-	478
Depreciação	(1.719)	(277)	(62)	-	(53)	(2.111)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>4.360</u>	<u>1.600</u>	<u>431</u>	<u>9</u>	<u>320</u>	<u>6.720</u>
Taxas anuais de depreciação	15,5%	10,0	10,0	5,5	10,0	-

Em 31 de dezembro de 2010, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos ou de processos de qualquer natureza.

Em 31 de dezembro de 2010, foram capitalizados R\$162 (R\$108 em 31 de dezembro de 2009) de encargos financeiros decorrentes de financiamento obtido com terceiros.

A Administração da Companhia, com base em laudo internos de engenharia, entende que seus ativos permanentes estão registrados próximos ao custo atribuído. Por esse motivo, não se constatou necessidade de reavaliar os valores dos ativos da Companhia, pois estes já estão com seu valor próximo ao valor de mercado.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

## 0. INTANGÍVEL

	<u>Contrato de concessão</u>	Intangível em andamento	Software	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2009	35.484	912	219	36.615
Adições	22.541	580	141	23.262
Transferências	606	(861)	-	(255)
Amortização	(2.206)	-	(79)	(2.285)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>56.425</u>	<u>631</u>	<u>281</u>	<u>57.338</u>
Adições	18.267	-	49	18.316
Baixas	(191)	(49)	-	(240)
Transferências	105	(582)	-	(477)
Amortização	(2.796)	-	(81)	(2.877)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>71.810</u>	<u>-</u>	<u>249</u>	<u>72.059</u>
Taxas anuais de amortização (*)	-	-	20	-

(\*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado, por meio de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

## 11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu valor contábil.

A Companhia reconheceu os créditos tributários no ativo referentes à provisão para perdas tributárias e cíveis e ao benefício fiscal do ágio incorporado e, no passivo, referentes às diferenças temporais pela adoção da Lei nº 11.638/07 e à capitalização de juros de empréstimos no imobilizado. O valor contábil do ativo diferido é revisado, ao menos, anualmente.

Caso ocorram fatores relevantes que modifiquem essas projeções, estas serão revisadas durante o exercício pela Companhia. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e de eventos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando-se a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Provisão para contingências	938	988	781
Provisão para manutenção/obras futuras	(4.612)	(1.541)	822
Ágio (benefício fiscal da incorporação da Ecosul Participações)	4.484	4.770	-
Outros	<u>851</u>	<u>(61)</u>	<u>(4)</u>
	<u>1.661</u>	<u>4.156</u>	<u>1.599</u>
Ativo diferido	6.347	5.775	1.720
Passivo diferido	<u>(4.686)</u>	<u>(1.619)</u>	<u>(121)</u>
	<u>1.661</u>	<u>4.156</u>	<u>1.599</u>

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Variação no:		
Imposto de renda corrente	(11.177)	(9.301)
Imposto de renda diferido	<u>(2.428)</u>	<u>(2.423)</u>
	<u>(13.605)</u>	<u>(11.724)</u>
Variação na:		
Contribuição social corrente	(4.090)	(3.345)
Contribuição social diferida	<u>221</u>	<u>219</u>
	<u>(3.869)</u>	<u>(3.126)</u>

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	54.912	43.604
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(18.670)	(14.825)
Outros	<u>1.196</u>	<u>25</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(17.474)</u>	<u>(14.850)</u>

## 12. EMPRÉSTIMOS

<u>Credor</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Em moeda nacional:					
Capital de giro	Novembro/2009	CDI + 5,5% a.a.	-	-	20.348
Capital de giro	Outubro/2014	CDI + 2,032% a.a.	<u>35.110</u>	<u>31.342</u>	-
Circulante			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.348</u>
Não circulante			<u>35.110</u>	<u>31.342</u>	<u>-</u>

Para o empréstimo da Ecosul são exigidas as manutenções de índices financeiros (“covenants”). A razão entre seu endividamento líquido e seu “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBTIDA” deverá ser menor ou igual a 1,5; e a razão entre o EBTIDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5.

O vencimento da parcela não circulante tem a seguinte distribuição, por ano:

	<u>31/12/2010</u>
2014	<u>35.110</u>
	<u>35.110</u>

## 13. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas para execução e administração de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

As operações com empresas relacionadas estão apresentadas a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Ativo - não circulante - imobilizado			
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (a)	<u>11.420</u>	<u>11.358</u>	<u>6.671</u>
	11.420	11.358	6.671
Ativo - não circulante - outros créditos			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25</u>
	-	-	25
Passivo - circulante - não circulante			
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (a)	6	1.275	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (c)	33	31	126
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	<u>307</u>	<u>359</u>	<u>102</u>
	346	1.665	228
Resultado - despesa e custo			
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (a)	106	415	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (c)	-	370	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.(a)	<u>4.449</u>	<u>4.408</u>	<u>4.123</u>
	<u>4.555</u>	<u>5.193</u>	<u>4.123</u>

- (a) A SBS Engenharia e Construções Ltda. possui participação acionária de 10% na Companhia e presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário da Ecosul e manutenções nas rodovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$22.887. Em 31 de dezembro de 2010, há um saldo de R\$944 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (b) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$4.416, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.
- (c) Refere-se ao aluguel de imóvel, onde está localizada a sede da Ecosul.

#### Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração com base em ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2010 em R\$584 (R\$560 para o exercício de 2009).

A Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) dentro dos primeiros quatro meses de 2011, para, entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2011. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para o valor de R\$659, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A diferença entre o valor aprovado e o valor efetivamente pago se deu em virtude do pagamento de remuneração adicional de performance devido à assistência ao incremento na governança corporativa, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

A remuneração paga aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Salários e ordenados	392	362
Participação nos resultados e bônus	<u>267</u>	<u>159</u>
	<u>659</u>	<u>521</u>

#### 4. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão para manutenção referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente à taxa de 11,56% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem a cada dois anos.

Os saldos da provisão para manutenção estão distribuídos conforme segue:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Constituição da provisão para manutenção e ajuste a valor presente	1.933	2.079	2.789
Ajuste a valor presente - realizações	<u>(324)</u>	<u>(242)</u>	<u>(372)</u>
	<u>1.609</u>	<u>1.837</u>	<u>2.417</u>
Circulante	<u>420</u>	<u>1.577</u>	<u>1.618</u>
Não circulante	<u>1.189</u>	<u>260</u>	<u>799</u>

#### 5. PROVISÃO PARA PERDAS TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de naturezas trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para perdas trabalhistas, cíveis e tributárias foram constituídas para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O saldo da provisão é o seguinte:

<u>Natureza</u>	<u>01/01/2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2009</u>
Cível (a)	1.340	353	-	113	1.806
Trabalhista (b)	<u>957</u>	<u>68</u>	<u>(17)</u>	<u>92</u>	<u>1.100</u>
	<u>2.297</u>	<u>421</u>	<u>(17)</u>	<u>205</u>	<u>2.906</u>

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2010</u>
Cível (a)	1.806	77	(577)	163	1.469
Trabalhista (b)	<u>1.100</u>	<u>100</u>	<u>(210)</u>	<u>300</u>	<u>1.290</u>
	<u>2.906</u>	<u>177</u>	<u>(787)</u>	<u>463</u>	<u>2.759</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia tem outras perdas de natureza cível que totalizam em 31 de dezembro de 2010 R\$2.523 (R\$1.942 em 31 de dezembro de 2009), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes de trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2010, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$215 (R\$50 em 31 de dezembro de 2009), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2009, na opinião de seus consultores legais, a Companhia não possui processos tributários com avaliação de perda provável. Há processos avaliados como perda possível, que totalizam R\$4.859 (R\$6.079 em 31 de dezembro de 2009). Os principais processos referem-se aos processos administrativos fiscais decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, relativas ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da Companhia e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras nem nos negócios da Companhia.

## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social é de R\$17.755, representado por 17.755.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, fica expresso e autorizado que o capital social poderá ser aumentado, de forma total ou parcial, independentemente de reforma estatutária, até atingir o limite de R\$30.000, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, que fixará o preço de emissão e as demais condições da respectiva colocação.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.



d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária.

A Companhia efetuou pagamento de dividendos que totalizam R\$1.681 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, relativos ao lucro do exercício de 2009.

O cálculo dos dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 é como segue:

	<u>31/12/2010</u>
Lucros acumulados	2.992
Lucro líquido do exercício	<u>37.438</u>
Base de cálculo dos dividendos	40.430
Proposta da Administração:	
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>10.108</u>
Dividendos propostos adicionais - classificadas na reserva de lucros	<u>30.322</u>

e) Reserva de capital - ágio

Em 31 de agosto de 2009, a Ecosul Participações Ltda. foi incorporada pela Ecosul, gerando um aumento da reserva de capital, decorrente do ágio gerado quando da aquisição das ações da própria Ecosul.

## 7. RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	68.401	57.444
Pedágio por equipamento eletrônico	12.340	8.273
Pedágio em cupons e vale-pedágio	<u>31.701</u>	<u>29.828</u>
	112.442	95.545
Receita de construção	17.958	22.811
Receitas acessórias (*)	324	238
Receita bruta	<u>130.724</u>	<u>118.594</u>
Deduções sobre a receita bruta	(9.766)	(8.296)
Receita líquida	<u>120.958</u>	<u>110.298</u>

(\*) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.

18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Pessoal	10.864	9.894
Conservação e manutenção	9.007	6.010
Serviços de terceiros (*)	11.757	12.618
Seguros	650	602
Poder concedente	1.124	956
Provisão para manutenção	1.351	1.897
Depreciação e amortização	17.958	22.811
Custos com construção	4.988	4.492
Outros	<u>4.281</u>	<u>2.816</u>
	<u>61.980</u>	<u>62.096</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	50.938	48.509
Despesas com pessoal	5.462	4.908
Despesas gerais e administrativas	<u>5.580</u>	<u>8.679</u>
	<u>61.980</u>	<u>62.096</u>

(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	1.351	491
Variação monetária ativa	8	5
Outras	<u>1</u>	<u>3</u>
	<u>1.360</u>	<u>499</u>
Despesas financeiras:		
Juros passivos sobre empréstimos	(3.948)	(3.254)
Variações monetárias passivas	(18)	(261)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção	(212)	(279)
Outras	<u>(955)</u>	<u>(1.295)</u>
	<u>(5.133)</u>	<u>(5.089)</u>
Resultado financeiro	<u>(3.773)</u>	<u>(4.590)</u>

## LUCRO POR AÇÃO

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Lucro básico por ação das operações - R\$	<u>2,10</u>	<u>1,62</u>

### a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usados no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	Controladora (BR GAAP)	
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>37.348</u>	<u>28.754</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>17.755</u>	<u>17.755</u>

### b) Lucro básico diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas.

## PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia tem como política a distribuição de Participação nos Lucros e Resultados - PLR aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a PLR foi de R\$669 (R\$457 em 31 de dezembro de 2009), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

## GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, tais como risco de mercado (incluindo risco de câmbio e taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez, e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto à seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas, definidos como ativos mantidos para negociação.
- Aplicações financeiras: são formadas por CDB, remuneradas a taxas que variam entre 99,50 e 100, 5% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos: registrados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos seus valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12.

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2010 são como segue:

	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos-		
Aplicações financeiras	28.826	28.826
Passivos-		
Empréstimos	35.110	35.402

a) Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem em clientes.

A Companhia vem aplicando recursos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por empresas de "rating", não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

c) Riscos de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de as empresas da Companhia incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

d) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

e) Eventuais expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, sua situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. Constantemente mudanças são monitoradas nos cenários político e setorial que possam influenciar nossas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador dos empréstimos contratados pela Companhia:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Empréstimos	Alta do CDI	<u>14.230</u>	<u>17.233</u>	<u>20.264</u>

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deteriorações de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenários II e III, respectivamente.

A taxa considerada foi:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (*)	<u>10,64</u>	<u>13,30</u>	<u>15,96</u>

(\*) Refere-se à taxa do CDI em 31 de dezembro de 2010.

A Companhia participa de operações envolvendo os instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias. No entanto, em 31 de dezembro de 2010, não possui operações destinadas a reduzir a exposição a riscos de mercado e taxa de juros. A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

### 23. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o funcionário contribuem na mesma paridade de valores, para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do funcionário. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$39 (R\$31 em 31 de dezembro de 2009), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

### 24. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em sua operação, inclusive seguros obrigatórios em virtude do cumprimento de cláusula específica do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2010, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro garantia	Junho/2010 a junho/2011	39.175
Responsabilidade civil	Julho/2010 a julho/2011	108.556
Riscos patrimoniais	Julho/2010 a julho/2011	587.788
Riscos - perda de receita	Julho/2010 a julho/2011	108.556
Riscos de engenharia	Julho/2010 a julho/2011	14.807
Seguro sede	Junho/2010 a junho/2011	5.140
Veículos	Junho/2010 a junho/2011	Tabela FIPE

## 25. CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Companhia foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

<u>Rodovia</u>	<u>Trecho</u>	<u>Extensão (km)</u>
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-293	Pelotas/Bagé	161,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	73,8
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	128,4

A concessão, pelo prazo de 25 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do exercício de concessão em março de 2026, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Taxa de fiscalização

É calculada pelo percentual de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da ANTT e classificada na rubrica "Custo dos serviços prestados", na demonstração do resultado.

Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 623,8 km de extensão.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Receita de construção	17.958	22.811
Custos de construção	(17.958)	(22.811)
	<u>      -</u>	<u>      -</u>

Em 31 de dezembro de 2010, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Companhia estão estimados em R\$103.569 (R\$121.836 em 31 de dezembro de 2009).

## 26. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

### b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda e contribuição social, dividendos, juros sobre o capital próprio e juros pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

As movimentações que não afetaram o caixa referem-se às transações de aquisição de equipamentos operacionais, detalhadas nas notas explicativas nº 9 e nº 10.

## 27. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2011.

---